

do século passado, demonstra na prática que os recursos humanos bem preparados são capazes de superar até dificuldades provenientes da falta ou escassez de recursos naturais.”

Para nós, um exemplo.

*

O HUMOR DE VIEIRA E O HUMOR DE RUI

Paulo Mangabeira Albernaz

(Conferência proferida na Academia Campinense de Letras
em 4 de setembro de 1978.)

Cabe ao Brasil a glória e o privilégio de possuir dois filhos que talvez tenham vindo a ser os mais aprimorados clássicos da língua portuguesa. Quero crer que, português legítimo talvez somente um se lhes possa antepor: o incomparável Luís de Camões. Ainda assim, fica meu espírito em dúvida sobre se a voz do grande vate tenha o espírito de justiça, a espontaneidade, do soberbo orador sacro brasileiro, conquanto o Brasil não passe então de colônia de Portugal. Se aqui aportara por volta dos seis anos de nascido, aqui vivera, quase, sua longa vida e aqui exalara o último suspiro, para nós tudo isso nos autoriza a considerá-lo lídimo brasileiro, principalmente por ter redigido sempre e feito seus formosos sermões em português do Brasil.

O segundo dos grandes clássicos do nosso idioma seria este super-homem que se chamou Rui Barbosa.

É curioso que ambos — Vieira e Rui, verdadeiros batalhadores pelas boas causas quando na tribuna, demonstraram, além disso, características pessoais extremamente semelhantes. Se Rui era incisivo, violento, destemido, por vezes mesmo cruel em sua oratória, nada havia de admirar nesta energia e nesta impetuosidade, pois que, pela vida toda, foi Político (com **p** maiúsculo) e da mais alta estirpe, talvez a figura mais preeminente do mundo político brasileiro de que há memória. Estava em seu elemento e com todos os mais amplos direitos.

O mesmo talvez não se possa dizer de Vieira. Era, também, às vezes, tremendo nos seus apodos, e não se dominava quando tinha de dizer o que julgava necessário. Sua palavra era não raro mordente, caústica, quando não

agressiva. Acontece que, sendo também político, embora de modo mais restrito, o ser sacerdote católico, da Companhia de Jesus, não se coadunava muito com aquela espécie de oratória. Sente-se não raro, em vários de seus sermões, esta **falta de caridade**, se assim me posso exprimir, na sua crítica mordaz. Mas, de outra parte, seus julgamentos, por incisivos e violentos que o fossem, visavam aos potentados e à falta de caridade para com eles era excesso de caridade em relação aos colonos desfavorecidos da sorte, e em particular aos malsinados indígenas, os tapuias.

São dois gigantes, Vieira e Rui, e não duvido que o primeiro tivesse sido como o fanal do segundo, tal a analogia de seus tipos de oratória, tal o denodo e o arrojo, o desassombro de ambos, enfrentando todos os poderes, fossem eles quais fossem. Creio que não há memória na história luso-brasileira de dois espíritos mais altivos e mais destemidos.

Esta analogia é evidente também no humor de Vieira e de Rui. O “sermão dos peixes” e o “discurso dos pássaros” são duas páginas magistrais do mais fino e irônico humor que alguém já escreveu em qualquer língua. Por anos e anos, esquadrinhei estas duas peças oratórias e cheguei à convicção de que devia aproximá-las e confrontá-las. Se eles — os dois grandes tribunos — possuíam espíritos tão afins, seria interessante fazer um estudo que pusesse em foco mais um aspecto dessa analogia. O humor, tanto de um como de outro, ainda mais acentua a equivalência, a paridade de seus espíritos. É o que vamos ver.

A produção de Vieira é sabidamente prodigiosa. As edições oficiais são de doze alentados volumes, e só dos sermões. Ainda há mais três das cartas e mais dois de sua autodefesa contra a Inquisição. A isto podem ser acrescentados outros labores, tais a “História do Futuro” e a “Chave dos Profetas”, dando esta a impressão de ser continuação daquela.

Em toda a sua obra, em que quase tudo é brilhante de primeira água, há alguns trabalhos que ainda mais alto a situam, tal o seu valor. E, em verdade, se há alguns sermões em que o caminho para Deus foi muito mais abreviado do que em outros, talvez em nenhum o tenha sido, para o homem, mais direto e mais rápido do que no “Sermão dos Peixes”. Acrescente-se à magnificência e à perfeição do discurso, o humor, a encobrir e disfarçar a veemência estupenda dos ataques.

Muitos prendem a palavra **humor** simplesmente ao poder de determinar o riso. É critério válido, não porém, obrigatório. **Humor** começou

sendo **humanidade**. Quem criou **humor** (a palavra) foi o médico dos médicos, o celebrado Hipócrates, que viveu 400 anos antes de Cristo. A vida, na sua opinião, estava sob a dependência dos **humores** e estes eram quatro: o muco ou pituita, o sangue, a bÍlis amarela e a bÍlis preta. Se o fluxo de cada um dos elementos era normal, dizia-se que o organismo estava em “bom humor”; se, porém, o fluxo de qualquer deles era irregular, aparecia então o estado patológico — a doença, e se dizia estar o organismo de “humor doentio”, de “mau humor”.

Isto foi-se modificando com o perpassar dos tempos, passou a teoria humoral de Hipócrates à história, e o **humor** foi mudando de significado. O “bom humor” não é mais saúde, nem o “mau humor”, doença. E **humor**, simplesmente **humor**, passou a ser um estado de espírito em que o riso passava a ter outra significação. Já desde 1500 dizia Rabelais que “o riso é propriedade do homem” — *le rire est le propre de l’homme*, assim como quem diz, é o homem, dentre os animais, o único que ri.

E a palavra tomou acepção particular na língua inglesa, designando não mais o provocar o riso, mas um **veneno** disfarçado e sutil, uma finura de espírito, insinuação velada, mas incisiva. Tal acepção invadiu outros idiomas, como aconteceu com o francês, que usa **humeur** para todos os humores, e o **humour** para aquele vírus solerte que morde sem ferir. É um ridículo escondido atrás de um ar de seriedade, de compostura, mas queima muito mais do que uma vergastada.

E nisto, de que foram mestres, entre outros, um Swift, um Voltaire, um Bernard Shaw, nada lhes ficam a dever as sutilezas candentes e venenosas de Vieira e de Rui.

O humor de Vieira talvez tenha seus pontos mais altos em dois de seus sermões: no famoso “dos peixes” (em louvor de Santo Antônio, pronunciado em 1654 em São Luís do Maranhão) e no “do Bom Ladrão”, (pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, em 1655, perante D. João IV, ainda infante, e sua corte).

É verdade que é um humor satírico, ferino, mordaz, não raro contundente. A energia da frase talvez pudesse ser criticada, como já disse, na voz de um sacerdote em pleno púlpito. A verdade, porém, é que a situação da pequena província era politicamente uma torre de Babel, em que predominavam a prepotência e a corrupção. A voz do sacerdote, por vezes demasiado incisiva, não raro causticante, tinha sua razão de ser: ela defendia os pobres indígenas escravizados, maltratados, espoliados. O Maranhão era governado por indivíduos

sem escrúpulo e ávidos de lucros imediatos e vultosos. Não eram mais homens, animais racionais, mas verdadeiros celerados. E o soldado de Deus, que não podia recorrer a outras armas, valia-se da palavra. E tanto esta palavra pesou, que a situação veio mesmo a modificar-se.

Sua energia, seu destemor, seu denodo, fazem de Vieira um homem excepcional, de que, muito mais admirável do que ser um dos maiores oradores universais, entre sacros e leigos, de que há memória, é, sem dúvida, o verdadeiro e inigualável paladino. Verdade que, escudado pelo prestígio, naqueles tempos, incomparável, da Igreja, ele tanto se arriscou pela verdade e pela pátria — suas duas pátrias, Portugal e Brasil (apesar deste ser colônia, ele próprio distinguia uma da outra), que passou pelas maiores vicissitudes, a prisão, por longo prazo, inclusive.

É curioso o aspecto de suas críticas, pela independência e pela energia. Mas, dentro dessa severidade marcante, recorreu ele à ironia: ironia sutil, mas mordente. E isto alcança o máximo nos dois sermões acima referidos. O humor ganha, porém, maior elevação no “sermão dos peixes”.

Segundo o talvez melhor biógrafo de Vieira, o maranhense João Francisco Lisboa, o notável orador não media esforços para dar combate aos “vícios e às tiranias dos governadores e colonos, aliás poderosamente auxiliados pelo clero secular, e pelas outras ordens”. Os amigos insistiram em que Vieira partisse para Lisboa, mas ele hesitava. Eis senão quando aportam a São Luís, Manuel Guedes Aranha e mais outros procuradores do Estado, que teriam de tornar ao Reino em outubro de 1654, com uma provisão em que as disposições em favor da liberdade dos índios passavam a ser fundamente modificadas.

Vieira, diante disso, resolve, por fim, seguir para Lisboa, mas, antes de fazê-lo, profere o famoso “sermão dos peixes”, no dia de Santo Antônio, 13 de junho. Como que o sermão veio a ser provocado por aquela atitude desnaturada, bárbara, de Manuel Gomes Aranha.

Baseia-se o “sermão dos peixes” no homônimo do próprio Santo Antônio, em sua peregrinação pela Itália. Pregando em várias regiões, o santo, um dos maiores tribunos da Igreja, aporta em 1227 a Rímini e aí tem recepção triunfal. Tentam, porém, inimigos gratuitos cercear-lhe a palavra e passam a persegui-lo. Vê-se então o sacerdote forçado a afastar-se de certos meios e toma a resolução de ir pregar aos peixes, já que certos homens não o querem ouvir. Aproxima-se de uma praia deserta, volta-se para o mar e sua palavra fluente e milagrosa ecoa pela costa. A pouco e pouco pontilham, aqui e acolá,

várias cabeças de peixes, mantendo-se acima do nível da água. Cada vez maior se torna seu número e parecem todos estar fascinados, a ouvir o santo com toda a atenção. Alguém que, vagando por acaso por aquelas plagas, foi testemunha do que estava acontecendo, saiu a correr até a cidade, a divulgar o insólito acontecimento. Em pouco, verdadeira multidão, cabisbaixa e silenciosa, postada a certa distância, ficou a ouvir a palavra sagrada, assistindo àquela ocorrência espantosa e jamais vista. No silêncio, apenas quebrado pelo marulhar das ondas, os peixes, cabeças para o alto, como que estavam embebidos na voz do taumaturgo. Este foi o decantado “milagre dos peixes” de Santo Antônio.

Tal passagem da vida do santo e o trecho bíblico — **vós sois o sal da terra**, é que serviram de tema a Vieira para o seu tão celebrado sermão.

Os peixes de Vieira não eram, porém, os dóceis e encantados animais de Santo Antônio, mas representavam os desnaturados colonos e mandões da província do Maranhão. E é aí que, dando nome aos habitantes dos mares, pinta tão bem as pessoas, os caracteres, as ações, que, como declara João Lúcio de Azevedo, “nunca a veia cáustica do pregador foi mais acerada que neste lance. Sob o tom de ironia benévola, quanta malícia ! Todo o Maranhão passa à vista na alegoria aquática. O peixe roncadador, o voador, o pegador, são tantos tipos de colonos, como existiam na terra; alguns são tão caracterizados, que qualquer dos ouvintes, o mais ingênuo, poria nome no retrato”.

Infelizmente não houve nenhum escritor contemporâneo que deixasse à posteridade os nomes a que as carapuças se destinavam. Talvez fosse isso inútil. Que, de fato, adiantaria, guardar para os anos, nomes que só mereciam desprezo ? De que valeria essa triste e negativa celebridade ? Mas, de outra parte, qual a razão de ocultar os malefícios, os crimes, daqueles que tanto espoliaram a desventurada terra maranhense ? Difícil é chegar a acordo.

O próprio Vieira declara em uma de suas cartas: “E bem se viu por experiência que um governador, que veio de Portugal, Bento Maciel Parente, perdeu o Maranhão, e um capitão-mor, Antônio Teixeira, que cá se elegeu, o restaurou, e isto em socorro do Reino.”

Em se reportando a um governador que ficava, para si, com três dos oito mil cruzados que era em quanto orçavam os dízimos do rei, Vieira juntou todas as provas para contestar, como o fez sobejamente, os capítulos que deu, contra os jesuítas em 1662, o procurador daquela terra desventurada, Jorge de Sampaio.

É de crer que, pelo menos, dois dos inúmeros e vorazes **peixes** aí estejam nomeados.

Os aproveitadores não eram poucos, e de certo muito mais numerosos até do que a pequena lista dos **peixes** incriminados.

Vieira começa o sermão mostrando a vantagem ou a razão de falar aos peixes. Pelo menos possuem eles duas esplêndidas qualidades de ouvintes: ouvem, e não falam. Uma desvantagem enorme está para o pregador: e “é de serem gente que se não há de converter”.

E em sua longa ação parlatória começa por fazer-lhes louvores.

A primeira referência é ao “peixe de Tobias”. Tobias, segundo a história sagrada, ia caminhando ao lado do Anjo S. Rafael, quando resolveu aproximar-se da beira do mar, para lavar a poeira dos pés. Eis senão quando, investe contra ele um grande peixe, com a bocarra aberta. Tobias gritou apavorado, mas o anjo lhe disse que nada tinha a temer: pegasse o peixe pela barbatana, arrastasse-o para terra; depois, abrisse-o, tirasse-lhe as entranhas e as guardasse, pois muito lhe haviam de servir. Ensinou-lhe que o fel curava a cegueira e o coração servia para expelir do corpo os demônios.

Mas este peixe figurava entre vários outros. Vieira deixa-o e passa a referir-se à **rêmora**. É este um peixe mundialmente afamado. Apesar de pequeno em tamanho, aferra-se ao leme de uma nau da Índia, e malgrado a força das velas enfunadas, dos ventos que propelem o navio e dos próprios peso e grandeza deste, amarra-o mais do que as próprias âncoras. “O Apóstolo S. Tiago compara a língua ao leme da nau e ao freio do cavalo.” “Uma e outra comparação juntas” — assevera ainda Vieira — “declaram maravilhosamente a virtude da **rêmora**, a qual, pegada ao leme da nau, é freio da nau e leme do leme”.

Há certo número de gêneros de **rêmora**, peixe dotado, no alto da cabeça, de uma espécie de ventosa, por meio da qual ele se fixa ao navio. Sabe-se hoje que aquela propriedade de, aderindo ao leme, poder soffrear a velocidade do barco (como dizia Vieira e era versão corrente durante muito tempo), não tem o menor fundamento.

A seguir, passa o orador a tratar de como “admirável é igualmente a qualidade daquele outro peixinho a que os latinos chamam **torpedo**. Ambos estes peixes conhecemos cá mais de fama que de vista; mas isto tem as virtudes grandes, que quanto maiores são mais se escondem. Está o pescador com a cana na mão, o anzol no fundo, e a bóia sobre a água, e em lhe picando na isca o **torpedo**, começa a lhe tremer o braço. Pode haver maior, mais breve e mais admirável efeito? De maneira que, num momento passa a virtude do peixe, da boca ao anzol, do anzol à linha, da linha à cana, e da cana ao braço do pescador.

Quem dera aos pescadores de nosso elemento, ou quem lhes pusera esta qualidade tremente, em tudo que pescam na terra ! Muito pescam, mas não me espanto do muito: o que me espanta é que pesquem tanto e tremam tão pouco”.

O **quatro-olhos** é o imediatamente mencionado. É aquele peixe que, para comer e não ser comido, possui dois olhos, que olham para cima, para o céu, e dois que olham para baixo, dentro da água. Vigiam uns, os de cima, os inimigos do ar — as aves, e os de baixo — os do próprio mar, os peixes maiores.

Estes são, porém, os peixes cuja existência só merecem encômios e louvores, ao que diz Vieira. E passa então a referir outras espécies, cujas vidas nada possuem de elogiável. “A primeira coisa que me desedifica, peixes, de vós” — diz ele — é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menor mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastava um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande”.

Começa aí Vieira a sua homérica história. Blatera contra a miséria humana, encarnada nos peixes. Arruma com arte verdadeiramente genial uma espécie de peixe para imagem de cada tipo desses homens vorazes e insaciáveis. E exclama o veemente tribuno: “Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão ? Para cá, para cá, para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os tapuias se comem uns aos outros; muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bolir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas. Vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego ? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como os hão de comer”.

“Morreu algum deles, vereis logo tantos sobre o miserável a despedaçá-lo e comê-lo. Comem-no os herdeiros; comem-no os testamenteiros; comem-no os legatários; comem-no os acredores; comem-no os oficiais dos órfãos, e os dos defuntos e ausentes; come-o o médico que o curou ou ajudou a morrer; come-o o sangrador, que lhe tirou o sangue; come-o a mesma mulher que de má vontade lhe dá para mortalha o lençol mais velho da casa; come-o que lhe abre a cova, o que lhe tange os sinos, e os que, cantando, o levam a enterrar: enfim, ainda ao pobre defunto o não comeu a terra, e já o tem comido toda a terra.”

É digno de nota, nesta ferina digressão, haver, para tão vulgar episódio, mais humor do que mordacidade, muito embora Vieira diga a verdade nua e crua, com tamanha impiedade, quanto aos eternos, incansáveis e insaciáveis glutões daquelas desventuradas plagas.

E arremata este trecho magistral com o seguinte: “Já se os homens se comeram somente depois de mortos, parece que era menos horror e menos matéria de sentimento. Mas para que conheçais a que chega a vossa crueldade, considerai, peixes, que também os homens se comem vivos, assim como vós.”

E é então que dá a demonstração destes que são devorados ainda em vida: “Vede um homem destes que andam perseguidos de pleitos, ou acusados de crimes, e olhai quantos o estão comendo. Come-o o meirinho, come-o o carcereiro, come-o o escrivão, come-o o solicitador, come-o o advogado, come-o o inquiridor, come-o a testemunha, come-o o julgador, e ainda não está sentenciado, e já está comido. São piores os homens do que os corvos. O triste que foi à forca, não os comem os corvos senão depois de executado, e morto; e o que anda em juízo, ainda não está executado, nem sentenciado, e já está comido.”

Mas o orador chistoso não esquece os peixes. Volta a eles, por que eles são o exemplo máximo do entredevoramento. Diz ele: “Guarde-se o peixe, que persegue o mais fraco para o comer, não se ache na boca do mais forte, que o engula a ele. Nós o vemos aqui cada dia. Vai o **xaréu** correndo atrás do **bagre**, como o cão após a lebre, não vê o cego que lhe vem nas costas o **tubarão** com quatro ordens de dentes, que o há de engolir de um bocado.”

Nada passa à perspicácia, à solércia de Vieira. Lá vem ele em cima dos negociantes, dos donos de lojas: “Quem pesca as vidas de todos os homens do Maranhão, e com quê? Um homem do mar com uns retalhos de pano. Vem um mestre de navio de Portugal com quatro varreduras das lojas, com quatro panos, e quatro sedas, que já se lhes passou a era, e não têm gastos: e que faz? Isca com aqueles trapos aos moradores da nossa terra: dá-lhes uma sacadela, e dá-lhes outra, com que cada vez lhes sobe mais o preço, e os bonitos, ou os que querem parecer, todos esfaimados aos trapos, e ali ficam engasgados, e presos com dívidas de um ano para outro ano, e de uma safra para outra safra, e lá vai a vida. Isto não é encarceramento. Todos a trabalhar toda a vida, ou na roça, ou na cana, ou no engenho, ou no tabacal: e este trabalho de toda a vida quem o leva? Não o levam os coches, nem as liteiras, nem os cavalos, nem os escudeiros, nem os pajens, nem os lacaios, nem as tapeçarias, nem as pinturas, nem as

baixelas, nem as joias; pois em que se vai, e depende toda a vida? No triste farrapo com que saem à rua, e para isso se matam todo o ano”. Não é uma indireta bem direta e atual às tais “boutiques”?

Sempre visando ao homem, embora o tema seja o peixe, deixa patente também que, quando fala no peixe, o que tem em mira é o homem.

Entra então no estudo dos **roncadores**: “É possível” — diz ele — “que sendo vós uns peixinhos tão pequenos haveis de ser as roncas do mar? Se, com uma linha de coser, e um alfinete torcido, vos pode pescar um aleijado, por que haveis de roncar tanto? Mas por isso mesmo roncais. Dizei-me, o **espadarte**, por que não ronca? Porque ordinariamente quem tem muita espada, tem pouca língua.” “Se as **baleias** roncaram, tinha mais desculpa a sua arrogância na sua grandeza.” “Assim que, amigos **roncadores**, o verdadeiro conselho é calar e imitar Santo Antônio. Duas coisas há no homem, que os costumam fazer roncadores, porque ambas incham: o saber e o poder. Caifás roncava de saber. Pilatos roncava de poder.”

Desprezando os **roncadores**, que mais falam do que representam e do que valem, entra Vieira nos **pegadores**, peixes pequeninos que se prendem aos grandes, e deles não se desgrudam. Um dia fisgaram um **tubarão** e com eles os **pegadores**. “O tubarão morreu” — diz Vieira — “porque comeu, e eles morreram pelo que não comeram. Pode haver maior ignorância, que morrer pela fome e boca alheia? Que morra o **tubarão**, porque comeu; matou-o a sua gula; mas que morra o **pegador** pelo que não comeu: é a maior desgraça, que se pode imaginar!”

Como Vieira é implacável com os eternos aproveitadores, estes que se agarram, como carrapatos, aos ricos, aos poderosos, aos importantes, e não raro vêm a ser por eles arrastados à miséria ou à desgraça! Os **pegadores**, que Vieira anatematizou com tanta justeza e não menor justiça em 1654, como se multiplicaram! Os pequenos vêm sendo devorados pelos grandes, mas os **pegadores** cresceram astronomicamente de número. Teriam porventura os **tubarões** encontrado progresso em sua procriação?

Outros peixes, que passam a ocupar a crítica do inigualável orador, vêm a ser os **voadores**. “Dizei-me, **voadores**, não vos fez Deus para peixes; pois por que vos meteis a ser aves?” “Aos outros peixes do alto, mata-os o anzol ou a fisga; a vós sem fisga, nem anzol, mata-vos a vossa presunção, e o vosso capricho. Vai o navio navegando, e o marinheiro dormindo, e o **voador** toca na vela ou na corda, e cai palpitando.”

“À vista deste exemplo, peixes, tomai todos na memória esta sentença: quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer, e o que tem”.

Não se contenta Vieira com o sarcasmo com que já cobriu quase todos os mandões, os políticos, os negociantes, do infeliz Maranhão. As dezessete variedades de peixe não lhe bastaram para poder vergastar aqueles aproveitadores das terras maranhenses e de seus habitantes menos aquinhoados, os desventurados tapuias, em primeiro plano.

E Vieira, argumentando que “mas que já estamos nas covas do mar, antes que saíamos delas”, inclui também em sua crítica aquele que cognomina de “irmão”: o **polvo**. Com aquele capelo na cabeça, parece um monge; com aqueles raios estendidos, parece uma estrela, com aquele não ter osso, nem espinha, parece a mesma brandura, a mesma mansidão. “E debaixo desta aparência tão modesta ou desta hipocrisia tão santa, testemunham contestamente os dois grandes doutores da Igreja latina, e grega, que o dito **polvo** é o maior traidor do mar.” “Judas abraçou o Cristo, mas os outros o prenderam: o **polvo** é o que abraça, e mais o que prende.” “O **polvo** escurecendo-se a si, tira a vista aos outros, e a primeira traição, e roubo que faz, é a luz, para que não distinga as cores. Vê, peixe aleivoso e vil, qual é a tua maldade, pois Judas em tua comparação já é menos traidor.”

“Vejo, peixes, que pelo conhecimento que tendes nas terras em que batem os vossos mares, me estais respondendo, e convindo, que também nelas há falsidades, enganos, fingimentos, embustes, ciladas, e muito maiores, e mais perniciosas traições.”

O **polvo**, no “sermão dos peixes” é o último citado e o mais fortemente acoimado de perverso e de traçoeiro. Quem teria sido o dono da carapuça? O governador do Maranhão, o corregedor, o procurador do Reino? Fora ela costurada a mão, com bicos e rendas, para o tal procurador Manuel Guedes Aranha? É muito difícil, em nossos dias, de saber-se. Talvez nunca se saiba.

Prolongaram-se as sátiras até a posteridade e o sermão é considerado modelo, padrão de discurso sarcástico. Não sei se foi, por ele, se foi só ele; diz-se que também o “sermão da Epifania”, pronunciado na Capela Real em 1662. De qualquer sorte, se não foi um foi o outro, senão ambos, que salvaram o Maranhão. A rainha D. Ana de Gusmão foi quem o proclamou: “Hoje ressuscita o Maranhão por amor do Padre Antônio Vieira”. Salvou-o um padre com um par de sermões. É a força da palavra, da inteligência, da eloquência, aliadas a coragem e a espírito combativo.

O humor de Rui é talvez mais contundente. Não raro é agressivo, violento, e compreende-se facilmente que dificuldades teria ele, com todo aquele talento e com toda aquela imensa cultura, de suportar a mediocridade dolorosa da grande maioria de seus companheiros do Senado, sempre jugulados pela preocupação, e não raro a presunção, de apoiar e justificar os erros, desmandos e prepotências do governo, que defendiam em quaisquer condições e circunstâncias.

Perseguido, injustiçado, indo parar, com muito parcos recursos, no exílio, jamais perdeu aquela coragem indômita de enfrentar, não raro sozinho, intolerâncias, tiranias, iniquidades, de toda sorte. Como ele disse, “estremeceu a Pátria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal”.

Em sua ação política, deixou acervo imenso e incomparável de dedicação e de trabalho, jamais, nem de longe, conseguidas por nenhum outro homem público brasileiro.

Rui, apesar de seu espírito demasiadamente austero, não deixou por isso de muitas vezes lançar mão, como arma de combate, do humor. Este humor muito se aproxima e se assemelha ao de Vieira, pois que é satírico, mordaz, não raro impiedoso, até agressivo. Verdade é que, colocado nas mesmas condições de Vieira, via-se também na posição de defensor impertérito da Justiça e da dignidade nacional.

O humor em Rui não é incomum, em seus trabalhos, mas assume caráter mais veemente em alguns de seus discursos, mormente no chamado “discurso dos pássaros”, proferido no Senado Federal, a 30 de dezembro de 1914, em resposta a outro de autoria do Senador Antônio Azeredo, representante de Mato Grosso, e referente ao doloroso caso do vapor “Satélite”. Ele mesmo — Rui — diz que se trata de “oito discursos de enfiada contra uma enfiada de quatro”.

Com o Senador Azeredo se sentisse melindrado, achando que certa censura era dirigida à sua pessoa, Rui lhe retrucou: “Não. Fique certo o nobre Senador. O meu pensamento estava bem acima de individualidades, quaisquer que fossem nessa região donde a vista só percebe os contornos gerais das coisas e dos fatos, a impressão dos conjuntos, o aspecto difuso das épocas, dos sistemas, das correntes, dos horizontes, dos futuros. Tranqüilize-se o nobre Senador: eu o tinha perdido de vista. O que da minha vista se não perdia, o que eu contemplava... era o Brasil.”

É aí então que tem início a famosa e bem arquitetada fábula, que se baseia no discurso do Senador Azeredo.

E Rui esclarece: “Não acompanharei o nobre Senador na sua excursão ornitológica. Bem mal conheço os costumes das aves. Não posso, como o nobre Senador, atestar que elas “se confundem no mesmo pensamento, jamais fazendo transparecer a beleza da sua plumagem ou a supremacia de suas qualidades e virtudes”. Consolo-me em ver celebradas as virtudes dos bípedes plumosos quando vejo imersos em tamanho descrédito as dos bípedes implumes.”

“Para mim é novidade. Confesso que o que sei na matéria só o conheço de orelha. Se me não falha a memória, será do tempo da minha intimidade com o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, ardente amator da vida rural dos seus pagos, a descrição de cujos pormenores se entrega às vezes com um colorido seu, que ainda se me aviva na retina a visão das grandes estâncias de criar, onde, entre os moirões dos **alabrados**, estadeia a figura imperatória do **quero-quero**, o Chantecler dos poteiros.”

“Este pássaro curioso, a que a natureza concedeu o penacho da garça real, o vôo do corvo e a laringe do galo, tem, pela última dessas prendas, o dom de encher a soledade dos descampados e sangas, das macegas e canhadas com o grito estrídulo, rechinante, profundo, onde o gênio pinturesco dos gaúchos descobriu a fidelíssima onomatopéia, que o batiza. Quando esta ave, lá do seu poiso, no alto das coxilhas, limitadas pelos postes de inhanduvá ou coentri-lho, quebracho ou cambará, abre a goela e desfere no azul o seu grito de ameaça, não me consta que as outras aves (suas irmãs gêmeas), ousem medir as suas solfas com o guincho insistente, em que ele pensa ditar o sol e a chuva, governar os minuanos e pampeiros.”

Quase toda criança de fazenda conhece o **quero-quero**, ave pernalta que vive pelos pastos, a emitir o seu grito irritante. E todo brasileiro de mais de cinqüenta anos, já percebeu, no retrato bem delineado e fiel de Rui, daquela ave que supõe ditar o sol e a chuva e governar todos os ventos, a figura inconfundível daquele famigerado caudilho gaúcho, o General Pinheiro Machado.

Continuando com suas arapucas, diz Rui: “O outro bicho de asas, que anda na vizinhança, pelas infindas campinas onde se apascenta o gado, ponteados longe a longe pelos rasteiros mamilos do cupim, é só o **joão-de-barro**, cujo ninho se orienta sempre com tão seguro tento que o dono, outra maravilha da zoologia das aves, se logra da sua vivenda sempre ao abrigo de ventos e tormentas.”

Diziam os políticos da época que a carapuça se destinava ao conhecido chefe político mineiro o Senador João Luís Alves, muito esperto e precavido.

“Este, sim, que sabe viver quase irmãmente, como melgo a melgo, com o **quero-quero**” — continua Rui — “pondo-lhe nas nuvens a sabedoria, o poder, a eloquência, embora saiba que o objeto do seu culto, não obstante o aspecto minaz, os gestos de mando, a garganta de ferro, tão domesticável, afinal, vem a ser, quanto qualquer galináceo, em se lhe grudando as mãos ao lombo sem medo, continua a ver-lhe nos esporões das asas as armas invencíveis da soberania”.

É triste ouvir-se isso face a face, alegar-se tanta subserviência e bajulação. Mas eram coisas da época e — por que não dizer? — de todas as épocas.

Continua o orador: “De outros pássaros não me consta, confesso, em toda humildade da minha ignorância avícola muito reles, de outros não sei que (sem distinções de qualquer natureza), se acamaradem com o **alcaravão** dos pampas.”

“Continuando a revolver, porém, nas minhas tinturas de sujeito pouco lido sobre outros membros das famílias das “aves de penas”, na expressão dos santos livros, pergunto aos aviculários mais familiarizados com o trato desses viventes, com o nobre senador, se não haverá entre eles também incompatibilidades e separações, se não as há, por exemplo, entre as **caturritas** de cabeça alvadia ou verde-clara, cujos bandos cobrem os pinheiros das coxilhas, desforrando-se da magreira de quadras menos gratas em arvoredos menos pingues, e certos voadores de gênero diverso, como, para não sairmos dentre os falantes, o formidável **bem-te-vi**, terror dos **gaviões**, e o tagarela **quem-te-vestiu**.”

Neste trecho, Rui já abarcava todo o senado. As **caturritas de cabeça alvadia ou verde-clara** eram a massa, a grande totalidade dos senadores, governados pela maioria, sobretudo pelo **quero-quero**, o chantecler dos poteiros.

Não consegui apurar a quem se referia o **título de bem-te-vi**, sobre que Rui voltará com maior impetuosidade, mas o tagarela **quem-te-vestiu** era nada menos que o façanhudo senador Azeredo, que, por seu amor entranhado ao **pocker**, dera nome, entre os cariocas, ao último banco dos bondes... pois era o que mais **jogava** !

E o discurso continua: “Asseguram os viandeiros dessas paragens, onde o Sr. Borges de Medeiros pontifica direito constitucional aos “levitas do Alcorão”, que, quem uma vez jornadeou por aquelas terras, nunca mais se esquecerá dessas aves palradeiras ou guinchantes, vozes de homem aladas, gritos de aviso ou interrogação, emergentes não se sabe de onde, esparsas de toda parte,

que salteiam, de trás para diante, à direita, à esquerda, o caminhante surpreendido”.

“Pois não haverá deveras “distinção de qualquer natureza” entre, de um lado, as travessas, as metediças **caturritas**, os destemidos **bem-te-vis**, ou os indiscretos **quem-te-vestiu** ? Não creio.”

“Nas longas estações da geada, quando corre, de mão em mão, à volta da fogueira, a cuia de chimarrão, dizem os gaúchos que, aos ouvidos do culpado em sobressalto por esses ermos, os brados pertinazes e martelantes do **bem-te-vi** acordam o remorso nas solidões da consciência, como chamados a contas da justiça dos céus. Um grito desses soa às orelhas do criminoso como voz de prisão; e o ingrato estremece, escutando as piadas queixosas do **quem-te-vestiu**.”

Aparteia, a esta altura, o Senador Azeredo: “V. Exa. falou em ingrato. Isto não me toca.” Ao que Rui replica: “Não me referi a V. Exa.” E prossegue: “Não quero disputar destas coisas com os mais sabidos. Dou de barato que **abutres** e **pombas** vivam em comunhão de boa amizade. Mas não acabo comigo deixar de pôr as minhas diferenças entre o **bem-te-vi** ou o **quem-te-vestiu**, na missão perseguidora das suas indiscrições, as **caturritas** na sua sina migratória à cata de melhor cibo, os **urubus** no seu papel sinistro de transportar a peste com as boiadas, que acompanham, e o **quero-quero**, o **al-karavan** moiro, comensal, ao que parece, das caravanas, prudente seguidor seu entre os perigos do deserto, espécie de ordenança da vitória nas incertas contingências da vida.”

“De tudo, porém, cedo; porque fala quem sabe, e quem sabe, sabe. Não contesto aos pássaros os predicados singulares, que o autorizado ornitologista se deleita em lhes atribuir. Vá de bom mercado o que quiserem. São pássaros e eu com sua vida nada tenho.”

“Mas que eles não sejam capazes, sequer, de estadear a beleza de sua plumagem, queira-me perdoar o nobre senador se duvido; porque o **pavão**, pelo menos, ouço dizer que se não ocupa de outra coisa, e, se me não engano, das **gralhas**, até que se diz que gostam de ostentar as penas alheias.”

Suas palavras continuam neste diapásão, até quando se insurge em fazer parte dos alados: “Mas pelo que eu não estou é por me resignar à condição de **passarinho** em viveiro, bicando o seu alpiste, sob a feitoria dos **gaviões**, que nos dão por senhores. Esse regime de pássaro em gaiola, embelecado com a doçura da servidão comum, enquanto o bicanço dos **milhafres** nos depena, é que não aceito.”

“Se me bato, pois, contra os varais do aviário, não vão dizer que esta ave mal ensinada “abusa da sua superioridade, para esmagar as suas débeis companheiras”. Não. Queira o bucólico amigo dos passáros emendar o seu libelo. O que é preciso dizer, é que este prisioneiro não cabe entre as aves domésticas, nem passareiras. Creio eu que nem todas se ajeitam ao galinheiro, nem todas aceitam o poleiro como termo dos seus surtos.”

“Peço para me alistar entre estas. Não me criou Deus para viver entre as **águias**; mas também não me fadou a rastejar entre os **patos e marrecos**. Não me destinou às alturas; mas, graças lhe sejam dadas, também não me condenou às baixezas da terra. O que me deixou me basta: o vôo mediano e seguro, que não sobe aos céus, mas não desce aos charcos, não corta as nuvens, mas se eleva acima das superfícies empestadas.”

Estende ainda o discurso por longos períodos, deixando já então a veia satírica, cujas linhas gerais foram aqui reproduzidas.

Rui possui ainda hoje grandes desafetos, indivíduos que têm procurado denegrir-lhe o nome, mercê deste espírito negativo e de destruição que domina certas individualidades. Não admira: não sucedeu o mesmo a Lincoln e até com o próprio Cristo ?

Apresentando em cotejo o “sermão dos peixes” e o “discurso dos pássaros”, poderia passar por algum espírito eivado de **raimundo-de-magalhãesismo**, atribuir a Rui plágio de idéia. Tal, porém, não acontece, uma vez que a sua alocação fora em verdade provocada por discursos anteriores, um deles do Senador Azeredo, em que o tema era por este apresentado ao contestante.

Há porém, outras provas do humor de Rui. Basta recordar aquela outra sátira da **charanga alemã do presidencialismo**.

Estávamos no início da campanha de 1919. A 19 de março, Rui pronunciava sua estupenda conferência sobre a questão social e política no Brasil, no Teatro Lírico, aquela que lançaria aos quatro ventos os nomes de uma obra e de um autor desconhecidos: “Urupês” e Monteiro Lobato.

Estávamos nos fins da Primeira Grande Guerra, e, nos portos nacionais, principalmente no do Rio, havia navios alemães estacionados, retidos. Sem recursos e sem possibilidades de obtê-los, os músicos das pequenas orquestras desses vapores resolveram ganhar a cidade, executando trechos musicais nas esquinas das ruas do centro. Terminada a execução de um trecho, saía uma mocinha com um pires na mão, angariando donativos. E as chamadas **bandas alemãs** tornaram-se populares.

Na conferência de 19 de março, Rui divaga sobre o que chama “os sete felizardos”, os “sete camafeus do regime, donos da situação e da República.” E passa a mencionar-lhes os nomes. Sigamo-lo. “O primeiro é o Sr. Antônio Azeredo, o “suco” do Senado. Acertei? Pois seja Deus louvado. Outro é o Sr. Urbano dos Santos, o passa-culpas da matança do “Satélite”. Vai direito? Então sigamos. Vem atrás o Sr. Dois Jotas Seabra, o bombardeador da Bahia. Dei no vinte? Neste caso vou-me animando. O quarto vem a ser o Sr. Lauro Müller, o nosso Leninezito em esboço. Estais por isto? Ides então, concordar em que o quinto é o Sr. Álvaro de Carvalho, o derradeiro principalheiro da oligarquia paulista. E o sétimo? Fazei questão de o saber? Vá, por vossa conta. O sétimo é o Sr. Altino Arantes, o Adônis de Guarujá. Este pessoalho de optimates forma a **charanga alemã do presidencialismo**. O flauteante Sr. vice-presidente do Senado, tendo levado em flauta a vida toda, é o homem do flautim. O bojudinho Sr. ministro da justiça é o sujeito do bumbo e dos pratos. Mas maranha e tataranha pela música inteira. O preclaro Sr. Dois Jotas Seabra, o estampido em figura de gente, é o trombone da petardada, e, nos dias grandes, solta a cabaça da roncadeira, com que se arremeda o rugitar da onça. O adocicado Sr. Lauro Müller é o estradivário (**made in Germany**). Executa as surdinas, os pizicatos e as fugas de bravura em teuto-brasileiro. O desinquietao Sr. Álvaro de Carvalho, músico em telegramas, é compositor da fanfarra, o “Strauss” das improvisatas e surpresas. Valseja indiferentemente à alemã ou à inglesa. O meigo Sr. Carlos de Campos é o rapaz dos timbales e ferrinhos. Tem dois registros na goela, e, com as mãos, tintina, ou atabala, com o mesmo primor de notas opostas. E o Sr. Altino Arantes? Este só musicueia em casa, quando a banda se ajusta para bodas e funçanatas. É então a menina do piano.”

“A filarmônica não será das mais numerosas. Mas para as exigências da terra, tem as peças de resistência. Pouca gente, mas para muita. Porque, a despeito desses vinte e cinco milhões de almas que somos, talvez, os brasileiros, caberão não menos de três milhões e quinhentos a cada um dos tropeiros.”

Difícil é arquitetar-se mais perfeita arma de ridículo para combater aquilo que o próprio Rui denominou de **politicalha**. Porque, na realidade, aqueles **músicos da banda alemã** eram os mandões, a um por três e meio milhões de brasileiros, que cozinhavam a situação nacional em água fria e que entravavam o desenvolvimento do país com grossas correntes de aço.

Rui, a que não faltava nem acendrado patriotismo, nem aquele denodo que lhe caracterizou a vida, e, além disso, não possuía **rabos-de-palha**

para temer qualquer espécie de represália ou vindicta, era aquele ser único e sobrenatural, que podia dizer, face a face, o que ele dizia.

Lançando em exposição e confronto o humor dos dois tribunos, nada mais era aspirado do que deixar patente como eles, além de várias outras semelhanças, até nisso se assemelhavam. Por mais que se tenha sugerido que Rui muito se abeberou em Vieira e muito sofreu sua influência, não há possibilidade de admitir-se que os estilos de ambos sejam particularmente parecidos. Vieira é mais simples, menos rebuscado e muito mais brasileiro do que o próprio Rui. Acontece, porém, que um escrevia e falava para a plebe, para a massa; o outro, para as elites, os doutores. Isto, entretanto, não impediu que eles viessem, com quase três séculos de diferença, a ser as duas figuras máximas do classicismo português, e, em muitos pontos, apresentassem, como disse, a mais evidente analogia. Como guerreiros, jamais lançaram mão de clavas, espadas ou lanças. Sua arma foi a palavra, a eloquência. Mas não raro também o humor.

Quanto a este — o humor, é praticamente impossível diferenciá-los, muito embora tenham operado em campos diversos. Uma coisa é uma Câmara ou um Senado; outra, totalmente outra, é uma igreja, e não raro perante o Rei e sua corte. É inegável, porém, que a coragem, o destemor, tem de ser o mesmo para as duas audiências.

E este cortejo entre o humor dos dois gigantes, vem deixar-nos em plena indecisão. Qual o melhor? Francamente, não o sei, não o percebo. Os dois são, como o disse, dois gigantes, armados com as mesmas armas, dotados das mesmas forças, imbuídos do mesmo desamor à vida. Acima de tudo, dominados por um ideal comum — a justiça.

*

DADOS SOBRE CORUMBÁ

A 21 de setembro de 1778 era fundada a povoação de Albuquerque, nome primitivo de Corumbá, por ordem do 4º capitão-general de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em honra de quem havia sido previamente escolhida a denominação.

Assentou-se à margem direita do Paraguai, em terras reconhecidamente castelhanas, consoante os termos claros do Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, copiando o de Madri, de 13 de janeiro de 1750, ab-rogado pelo de El Pardo de 12 de fevereiro de 1761.

Era o tacão da bota portuguesa em posses espanholas, abrindo caminho à expansão lusa para além do majestoso rio, começada com a fundação de Coimbra a 13 de setembro de 1775, também na margem direita do Paraguai, um pouco acima do paralelo de 20°, enquanto Albuquerque ficará quase sobre a latitude de 19°.

A escolha do local estivera a cargo do sertanista João Leme do Prado, com a opção definitiva do governador entre outros sítios apontados. Pelos inestimáveis serviços prestados à capitania Luís de Albuquerque concedeu a Leme do Prado o título de capitão-mor das conquistas do rio Paraguai.

Para presidir ao ato de fundação o governador da capitania nomeou o sargento-mor (posto correspondente ao atual major) Marcelino Rodrigues (ou Rois) Camponês, que deveria, outrossim, assumir o comando da povoação e que estivera até então à testa do Presídio de Coimbra.

Da ata lavrada (21 de setembro de 1778) constam os seguintes pormenores: “...nesta Povoação de Albuquerque situada na margem Occidental do Rio Paraguay em hum assento de Terra que decorre para o Rio abaixo, e dista a mesma formalidade huma legua pouco mais ou menos.....” ...e o dito Sargento Mor Commandante tomou posse para a Coroa de Portugal mandando levantar uma grande Cruz de pau de Ley, limpar Terreiro, fazer Quartel e assender fogo, cassar nos matos vizinhos, pescar no Rio, e pacear de huma e outra parte do dito Terreiro dizendo em vozes altas, primeira, segunda e terceira vez: Viva El-Rei de Portugal, cujas palavras em egual voz todos os circumstantes repetimos outras tantas vezes”.....

Os primórdios da povoação de Albuquerque foram sumamente difíceis, pela hostilidade climática, pelas doenças reinantes e pelos perigos das incursões do gentio, mormente dos Guaicurus, os temíveis Índios Cavaleiros. Os primeiros comandantes, Marcelino Roiz Camponês, João Leme do Prado, José Antônio Pinto de Figueiredo e Antônio José Pinto viram-se obrigados a agir com férrea energia. Contudo a povoação não progrediu e, ao contrário, definhava sensivelmente.

A 25 de junho de 1800 era o reduto consumido por violento incêndio, permanecendo de pé apenas a capelinha, única construção coberta de telha, e queimadas todas as demais, inteiramente feitas de folhas de palmeiras.

De tal modo acentuou-se a decadência da povoação, que as autoridades, nos albores do regime monárquico, houveram por bem transferi-la para local, onde os padres capuchinhos mantinham a aldeia de N. S. da Concei-

ção, no mister de evangelização dos índios das redondezas e que viria a receber também a denominação de Albuquerque. A dualidade toponímica veio criar enorme confusão para distinguir os dois povoados. Assim, a primeira passou a ser designada “Albuquerque Velha” e a segunda “Albuquerque Nova”.

A primitiva povoação transformou-se em verdadeira tapera e os comentários sobre ela expendidos por viajantes da época são os mais desairosos possíveis. Enquanto isso a rival crescia promissoramente, tornando-se sede dos comandos militares e elevada à categoria de freguesia, ao passo que a outra era rebaixada.

Data desse tempo a tendência em se dominar a “Velha” de Corumbá, não obstante proibido o uso do topônimo pelas autoridades. Aliás, mestre Aurélio registra o verbete com o significado de “lugar esquecido, desprezado, ou distante”, a calhar perfeitamente com as condições de abandono da povoação. Outra hipótese aventada para explicação da origem do termo é como sendo derivado do étimo indígena “Curupah”, “curu” significando “rugoso”, “empolado”, nome pelo qual os aborígenes designavam a árvore da arueira, em virtude do aspecto de sua casca + “pah”, significando “abundância”, por ser a região extremamente rica em arueira.

Não se prolongaria por longo lapso a supremacia da nova sobre a velha Albuquerque, esta já chamada “Corumbá”, embora com certas reservas nas correspondências oficiais. Em vista do abalizado parecer de quem viria a ser contemplado com o título nobiliárquico de Barão de Melgaço (Augusto Leverger), por Virgílio Correia Filho cognominado o “Bretão Cuiabanizado”, o governo imperial, por aviso de 16 de junho de 1857, mandou instalar na antiga povoação uma agência fiscal, levada em conta a sua excelente posição geográfica e topográfica. A 1º de maio de 1861 começou a funcionar também a alfândega. Além disso, várias unidades militares eram transferidas para a localidade, aumentando-lhe a importância, ao mesmo tempo que se firmava o comércio e incrementava-se a navegação fluvial.

Interrompendo, porém, o surto progressista verificado, a 3 de janeiro de 1865 dava-se a ocupação da praça pelas forças paraguaias. Saqueada pelos invasores, talados os campos de criação, maltratados os habitantes, violentadas as mulheres, caía de novo a desgraça sobre a infeliz vila, a estigmatizar-lhe o destino.

A 13 de junho de 1867, quando governava a província o General José Vieira Couto de Magalhães, forças expedicionárias, partidas de

Cuiabá, ao mando do coronel Antônio Maria Coelho, expulsavam do reduto o invasor, em brilhante feito de armas. Mas a posse efetiva não pode ser mantida, em virtude de uma violenta epidemia de varíola irrompida, vitimando os componentes da coluna e espalhando-se até a capital da província, dizimando um terço de sua população. Novamente os paraguaios a ocuparam, apenas se retirando em fins de 1868, quando começava a soçobrar na frente meridional a sorte dos exércitos de Solano López. A cidade cultua, reverente, a memória de Antônio Maria Coelho — o herói da Retomada — com magnífica estátua erguida em uma das principais praças da cidade.

Terminada a Guerra do Paraguai, Corumbá retomou o ritmo do progresso, posto que assolada e completamente destruída, viria a se tornar, em pouco tempo, o principal empório de Mato Grosso, com o florescimento da navegação e o despertar do comércio e da indústria. Manteve este importante papel através dos últimos anos do Império, a se prolongar pelos tempos da República a fora.

A vila foi elevada à categoria de cidade por lei nº 525 de 15 de novembro de 1878. Cresceu e embelezou-se, com as suas ruas largas e geometricamente traçadas em tabuleiro de xadrez. Tornou-se orgulhosa de suas prerrogativas como um dos principais centros mato-grossenses e de ser indiscutivelmente a mais bela cidade do Estado, não só pelos aspectos urbanos, como pelos magníficos panoramas ao seu derredor.

O advento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914 contribuiu para o decréscimo do movimento portuário, mas mesmo assim não conseguiu refrear a sua gloriosa caminhada rumo a um porvir radioso, que se afigura cada vez mais promissor. A partir de 1953 tornou-se entroncamento ferroviário de importância, com a conclusão da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, unindo dois povos irmãos da América do Sul, concretização de um velho sonho.

Assentada sobre um tabuleiro calcário, alvejante ao dardejar do sol, valeu-lhe o fato a antonomásia de “Cidade Branca”. Em baixo corre tranqüilo, o Paraguai, típico caudal de planície, a colear através da imensa planura aluvial de formação quaternária. Por suas excepcionais condições de navegabilidade, chamou-o Félix de Azara “el major rio del mundo”, Luís Tossini, “o mais amigo de todos os rios” e Virgílio Correia Filho, “o rio serviço”. Do outro lado estende-se o portentoso Pantanal, melhor chamado “Grande Planície do Sudoeste Mato-grossense” que, ao contrário do que pensam os menos avisados, não é um “pântano” e sim uma vasta região de quase 200.000km² parcial e periodi-

camente inundável. A fauna e vegetação típica, variadíssima, apresentam espécimes característicos, que têm merecido a atenção de zoologistas e botânicos.

Posta a cidade sobre uma plataforma de altas ribanceiras, debruçada sobre o majestoso rio, é ela circundada por uma série de elevações calcárias, revestidas por uma camada de arenito vermelho, mantenedora de uma vegetação permanentemente verde. Cerca de 20km, ao sul empina-se o maciço do Urucum, um dos mais ricos repositórios de ferro e manganês de todo o hemisfério ocidental. Dominando o Pantanal, situado na cota em torno de 100 metros acima do nível do mar, o seu pico culminante alcança a altura de 1.190 metros, quiçá o ponto culminante de Mato Grossoo.

As enchentes magnas transmitem à região do Pantanal aspectos de inusitada formosura, da qual a "Princesa do Paraguai", como a chamou Dom Aquino Correia, constitui o mirante privilegiado para a devida contemplação. São assaz decantados os bonitos crepúsculos corumbaenses, de ricos matizes, a se espelharem nas águas serenas do rio, das baías e nos lençóis intermináveis das grandes cheias.

(De um boletim da Academia Corumbaense de Letras.)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Anais do II Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais do Brasil. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977. 232 págs.

"A iniciativa de promover encontros inter-regionais de cientistas sociais está entre as mais felizes que assinalam a atividade renovadora do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais", escrevemos em nosso nº 77 de outubro de 1976, ao registrar o volume correspondente aos Anais do I Encontro, publicado em 1974. É com o maior prazer que registramos agora os Anais do II Encontro, realizado de 16 a 26 de janeiro de 1974, na cidade pernambucana de Garanhuns.